

DESENVOLVIMENTO REGIONAL POR MEIO DA IMPLEMENTAÇÃO DE MOEDAS SOCIAIS: PERSPECTIVAS SOB A ÓTICA DE DUAS EXPERIÊNCIAS NO BRASIL

Daniel Mendes Pires Haack^{1*}
Paulo Andre Ferreira²
Bianca Ponciano Prell³
Ellen Natalia da Silva Santos⁴
Luciana Gomes Malta⁵
Kylenny Rachell Mendes Ferreira⁶
Marcela Ferreira Azeredo⁷
Leonardo Borges Gonçalves⁸

¹danielhaack@id.uff.br *Autor para correspondência.

²paulo.andre@ifrj.edu.br

³bianca.prell@ifrj.edu.br

⁴ellennatalia@hotmail.com

⁵lucianamalta@gmail.com

⁶kylenny@gmail.com

⁷marcelaazeredo16@id.uff.br

⁸lgborges003@gmail.com

DOI: <https://doi.org/10.33871/26747170.2024.6.1.8609>

RESUMO: Este trabalho possui como tema a relação entre a implementação de moedas sociais o impacto às comunidades locais. O objetivo central deste estudo é ilustrar perspectivas para o desenvolvimento regional em comunidades periféricas por meio do emprego de moedas sociais, sob a ótica de duas experiências brasileiras. Como resultado, apresentaram-se a concepção de que moedas sociais oportunizam elevados avanços às comunidades, como o desenvolvimento da economia local, majoração da renda familiar, retenção de riquezas nas comunidades, dentre outros. Todavia, desafios como o encurtamento do circuito de circulação da moeda e a desconfiança da população local acerca da credibilidade do sistema financeiro alternativo despontam como obstáculos à sua efetiva implementação.

Palavras chaves: Desigualdade social, economia solidária, moeda social.

REGIONAL DEVELOPMENT THROUGH THE IMPLEMENTATION OF SOCIAL CURRENCIES: PERSPECTIVES FROM THE POINT OF VIEW OF TWO EXPERIENCES IN BRAZIL

ABSTRACT: This work has as its central theme the relationship between the implementation of social currencies and their impact on local communities. The main objective of this study is to illustrate the perspectives for regional development in peripheral communities through the implementation of social currencies from the perspective of two experiences in Brazil. Among the

results obtained, was presented the idea that social currencies provide opportunities for several advances to communities, such as the development of the local economy, increase in family income, retention of wealth in communities, among others. However, challenges such as the shortening of the currency circulation circuit and the distrust of the local population about the credibility of this alternative financial system emerge as obstacles to its effective implementation.

Keywords: Social inequality, solidarity economy, social currency.

1. INTRODUÇÃO

A razão da existência deste estudo é retratar a relação entre a implementação de moedas sociais e os consequentes avanços que são oportunizados às comunidades locais, além de alertar sobre os principais desafios apresentados a esse processo através da análise de duas experiências ocorridas no Brasil.

O tema em questão se justifica em razão de sua ampla abrangência econômica e social, em um país extremamente marcado por relevantes aspectos de disparidade, fundamentalmente, entre as camadas mais externas – o cume e a base – da pirâmide social (CAMPELLO et al, 2018, SCHAPPO, 2021).

Apresenta-se como problemática central a ser respondida por meio deste trabalho, o questionamento sobre quais são as perspectivas para o desenvolvimento regional mediante a implementação de moedas sociais em comunidades periféricas.

Como objetivo principal, esta pesquisa trouxe a intenção de “ilustrar as perspectivas para o desenvolvimento regional em comunidades periféricas por meio da implementação de moedas sociais sob a ótica de duas experiências construídas no Brasil.”, sendo este estruturado através de outros 3 objetivos específicos e menos amplos, “compreender a relação entre as moedas sociais e o desenvolvimento regional”; “identificar e compreender os fundamentos gerais das moedas sociais e sua função de instrumento de desenvolvimento local no combate das desigualdades sociais” e “Traçar um panorama geral sobre duas experiências com moedas sociais ocorridas em território nacional, mediante percepção dos principais avanços conquistados pelas comunidades locais e dos desafios apresentados ao processo”.

O arcabouço metodológico adotado para o alcance dos objetivos propostos por este trabalho foi a pesquisa qualitativa, básica, de caráter exploratório, por meio de um estudo de caso constituído através da revisão bibliográfica e documental, pautadas, principalmente, em artigos científicos, com priorização por obras recentes, e documentos institucionais.

A estruturação do trabalho se deu através de sua fragmentação em 5 itens, tendo sido o primeiro a introdução, que dentre pontos centrais estabeleceu a problemática e os objetivos desta pesquisa, enquanto o segundo refletiu os aspectos metodológicos aplicados ao presente estudos, ao passo que a terceira unidade se ocupou do desenvolvimento da pesquisa, no qual ocorreram, cronologicamente, o estabelecimento das correlações entre moedas sociais e o desenvolvimento regional e o estabelecimento das características basilares relativas às funções e à lógica de funcionamento das moedas sociais. Por sua vez, a quarta fração deste estudo se debruçou sobre o estudo de caso de duas experiências ocorridas com moedas sociais em território nacional, restando ao quinto item as conclusões obtidas por intermédio deste estudo.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Postulou Rousseau acerca da desigualdade humana:

Concebo na espécie humana dois tipos de desigualdade: uma eu chamo de natural ou física, por ser estabelecida pela natureza, e que consiste na diferença das idades, da saúde, das forças do corpo e das qualidades do espírito ou da alma; a outra, que podemos chamar de desigualdade moral ou política, por depender de uma espécie de convenção e por ser estabelecida, ou pelo menos autorizada, pelo consentimento dos homens. Esta

consiste nos diferentes privilégios de que alguns desfrutam em prejuízo de outros, como o de ser mais ricos, mais honrados, mais poderosos do que estes, ou mesmo o de se fazer obedecer por eles (ROUSSEAU, 2017, p.33).

Pensando o histórico processo da desigualdade social brasileira, asseguram Campello et al (2018) que, embora relevantes transformações tenham ocorrido em território nacional nas últimas décadas, dados refletem que o país ainda figura entre as mais desiguais nações do mundo. No sentido de se contrapor a essa lógica segregacionista e impulsionar o desenvolvimento principalmente das comunidades menos favorecidas socioeconomicamente, surgiu o advento das moedas sociais, um relevante artifício no combate das disparidades regionais (BRITO E OLIVEIRA, 2019; MELO, MAZZA E ARAÚJO, 2020; THEIS, 2019).

2.1 DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MOEDAS SOCIAIS: CORRELAÇÕES

A Geografia do Desenvolvimento é um ramo da Geografia que estuda o desenvolvimento socioeconômico de diferentes países e regiões em todo o mundo, seu campo de pesquisa fornece ideias para promover o desenvolvimento coordenado regionalmente, concentrado nas características e desafios do desenvolvimento regional, a fim de fornecer uma base teórica para a gestão de sinergias dos objetivos de desenvolvimento sustentável e da cooperação internacional, contribuindo, assim, para um desenvolvimento regional de alta qualidade. (DENG, WANG e SONG, 2023).

Complementando as concepções apresentadas por Deng, Wang e Song (2023) acerca da Geografia do Desenvolvimento e do próprio desenvolvimento regional, é postulado por Chlebna, Martin e Mattes (2023) que o desenvolvimento regional em sua vertente transformadora é aquele que busca alcançar os desafios complexos presentes e futuros, incorporando à dinâmica social as perspectivas das inter-relações entre regiões e as escalas espaciais.

Nesse contexto, pensar o desenvolvimento regional, conforme preconizam Oliveira, B. e Lima (2003), é compreender que este está intrinsecamente vinculado à participação da sociedade local no planejamento contínuo da ocupação do espaço e na distribuição dos produtos do processo de crescimento, sendo possível afirmar que a sociedade local deva não somente ser privilegiada no contexto do desenvolvimento regional, mas, ainda, ser o cerne das atenções empreendidas.

No intuito de fomentar o desenvolvimento regional, é cabível aos municípios brasileiros a possibilidade de intervenção no domínio econômico, dentro dos limites de suas competências, visando à implementação de políticas econômicas locais que potencializem a atividade produtiva, a fim da subversão da lógica usual de dependência financeira enfrentada pelas municipalidades (MELO, MAZZA e ARAÚJO, 2020).

Para tal, ainda de acordo com Melo, Mazza e Araújo (2020), na ânsia de desenvolver uma participação maior dos municípios no processo de desenvolvimento econômico, utilizou-se uma interpretação lógica da legislação vigente que possibilitou uma flexibilização no sentido de ampliar as competências municipais, permitindo a estes intervir dentro dos aspectos da economia local, na busca por atingir maiores índices de desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, resgatando concepções de Oliveira, B. e Lima (2003), entende-se que o desenvolvimento regional ou local depende da adequação das políticas de fomento aos objetivos locais, impulsionando a sociedade local a transformar o crescimento oriundos das ações centrais em desenvolvimento para a região, não sendo esta vista somente como elemento da geografia, mas como um agente capaz de atuar no planejamento em prol de beneficiar, em um movimento cíclico, a própria sociedade local e, por conseguinte, as condições de vida do cidadão.

Coadunados ao entendimento da relevância do desenvolvimento regional, com a evolução do sistema capitalista ao longo dos anos, aprofundando aceleradamente o quadro de desigualdades sociais, os governos passaram a intervir mais ativamente na economia por meio de políticas públicas e de implementação de um Estado de Bem Estar Social, contudo, em países como o Brasil, essa capacidade é limitada, não sendo possível atingir todas as regiões que necessitam de incentivos para o desenvolvimento local (BRITO e OLIVEIRA, 2019).

Por essa razão, nos últimos anos, alguns municípios adotaram moedas locais, em resposta a um quadro de pouca dinâmica econômica, como ferramentas para superar o isolamento do fluxo de negócios e incentivar o comércio local, diminuindo a dependência de seus municípios, à luz do sistema de federalismo brasileiro, em relação ao ente central (MELO, MAZZA E ARAÚJO, 2020).

2.2 MOEDAS SOCIAIS: FUNÇÕES E LÓGICA DE OPERAÇÃO

As moedas sociais são um fenômeno criado e gerenciado pelos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, tendo como pressuposto que sua adoção seja capaz de promover transformações nas relações socioeconômicas a nível regional, visando à melhoria das condições de vida das comunidades locais, diante do desinteresse ou falta de capacidade do sistema financeiro tradicional em atender as camadas menos abastadas da população (RIGO, 2014).

Percorrendo linha de entendimento similar, Filho e Rigo (2021) percebem essas moedas como sistemas monetários alternativos, desenvolvidos e geridos coletivamente pelos indivíduos ou instituições envolvidas, tendo como finalidade a solução de problemas de origem social e econômico, catalisando as trocas e circulação das riquezas.

Em território nacional, os bancos comunitários de desenvolvimento implementam práticas econômicas solidárias que aumentam o acesso ao crédito, oferecendo, ainda, uma série de outros serviços de natureza financeira às comunidades locais, baseadas em uma relação de proximidade, solidariedade e confiança mútua (MATURANA et al, 2018).

À luz de Marusa Vasconcelos Freire, que atuou como coordenadora-geral do Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria-Geral do Banco Central, em apresentação realizada no VII Seminário do Banco Central sobre Microfinanças, ocorrida no ano de 2008, foram apontados aspectos sobre os Princípios básicos, como funcionam as moedas sociais, por que podem ser consideradas instrumentos de desenvolvimento local, e as principais dificuldades para que cumpram com seu objetivo, conforme dados dispostos na tabela 1.

Tabela 1 – Moedas Sociais: Princípios Básicos, Como Funcionam, Razões Pelas Quais Podem Ser Consideradas Ferramentas de Desenvolvimento Local e Principais Desafios

Princípios básicos das moedas sociais.	Não concorrem com os bancos centrais no sentido de controlar a quantidade de moeda e de crédito, dado que estes detêm o monopólio da emissão de moeda.
	Não ameaçam o papel dos bancos em relação aos sistemas de pagamentos nacionais e internacionais.
	Não colocam em risco a estabilidade do Sistema Financeiro.
Como funcionam as moedas sociais	São complementares à moeda oficial.
	Das funções tradicionais de uma moeda, elas somente cumprem a função de troca, não sendo admitido o seu uso em contratos, assim como o lastro obrigatoriamente é a moeda oficial do país em que circulem, na relação de 1 para 1.
	O uso das moedas sociais é de caráter voluntário, ou seja, ninguém pode ser obrigado a aceitar uma moeda social como pagamento.
	As moedas sociais somente têm valor na circulação, dado o seu caráter de propriedade comunitária.
	Possuem forte valor de inclusão social, no qual estudos têm demonstrado que o seu uso cresce de forma anticíclica à atividade econômica sob a moeda oficial, ou seja, quando cai, por exemplo, o nível de emprego formal (tendo como consequência a queda do nível de moeda na economia), o uso da moeda social é incentivado.
	Marcadas por tendência de desconcentração financeira.
Razões pelas quais as moedas sociais podem ser consideradas ferramentas de desenvolvimento local	Circuito Fechado – os recursos da comunidade devem circular na própria comunidade, a fim de que os benefícios cresçam de forma exponencial.
	Consumo Local – permite que os recursos locais subutilizados sejam direcionados para atender às necessidades locais não atendidas.
	Criação de Riqueza – ocorre com o incremento da circulação da moeda social na própria economia (aumento de transações).

	Aumento da Arrecadação Tributária – a circulação fechada dos recursos na economia da comunidade permite que ocorra um aumento na arrecadação dos impostos nas comunidades locais (ISS, taxas e contribuições de melhorias).
	Redistribuição de Recursos por meio do comércio local.
Principais desafios para que as moedas sociais cumpram com seus objetivos.	A construção de circuitos fechados requer constante aperfeiçoamento, de modo a incrementar o nível de circulação da moeda social no grupo em que está inserida e os canais de comunicação com a economia externa ao grupo.
	Necessidade de implementação de tecnologia avançada relacionada ao sistema de informações e integração com o sistema de pagamentos oficial do sistema bancário.
	Necessidade de haver uma afinada coordenação entre as iniciativas da Secretaria Nacional de Economia Solidária e as do Banco Central do Brasil visando à construção de um marco regulatório adequado.

Fonte: adaptado pelos autores, de Freire (2008) e BACEN (2008).

Ainda nesse mesmo seminário, por fim, conclui Freire (2008) que o desenvolvimento de políticas públicas solidárias por meio de emissão de moedas sociais através de bancos comunitários pode ser uma estratégia essencial para a minoração das disparidades sociais e regionais no Brasil, tratando-se de uma nova forma de promover o desenvolvimento da solidariedade em torno do propósito de diminuir a distância entre os mais ricos e os mais pobres, contribuindo, assim, para a erradicação da pobreza no território nacional.

Todavia, tal fenômeno, bancos comunitários fomentando o desenvolvimento regional, não está restrito a episódios em território nacional. Há, também, experiências igualmente relevantes por diversas partes do globo envolvendo bancos de desenvolvimento regional, como a experiência do Bank Nagari, que apoiou o governo de Sumatra Ocidental em sua política de micro finanças regionais por meio do microcrédito (RIZAL et al, 2023). Nos Estados Unidos, por exemplo, bancos comunitários são responsáveis pela concessão de crédito imobiliário à pequenas comunidades, além de atuar na prestação de serviços bancários a comunidades rurais e de agir como grandes fornecedores de crédito para produtores agrícolas (WANG et al, 2022).

3. EXPERIÊNCIAS REAIS COM MOEDAS SOCIAIS NO BRASIL: UM ESTUDO DE CASO

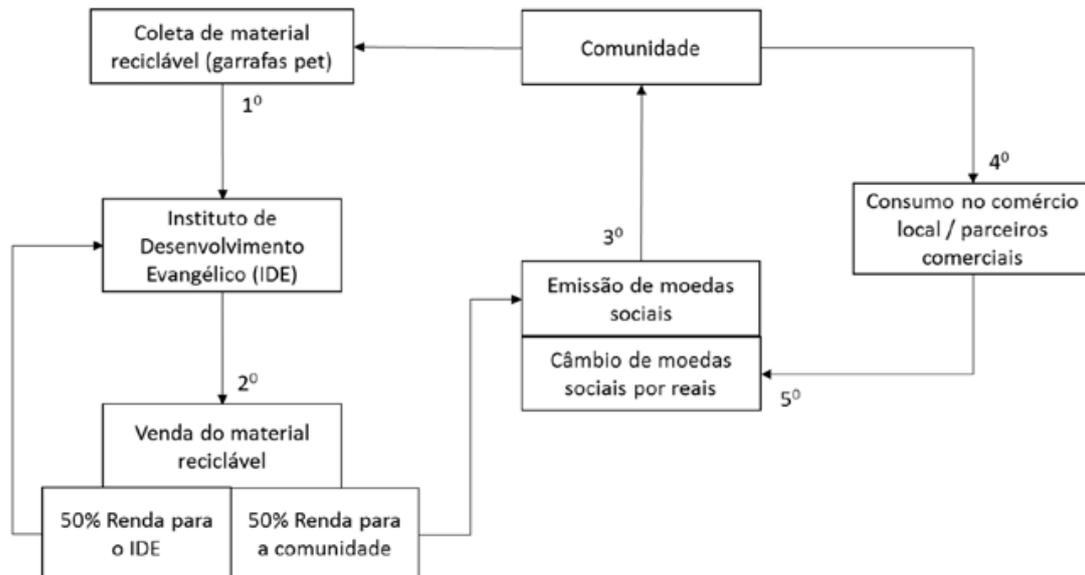
No estado do Mato Grosso do Sul, em uma comunidade periférica denominada Portal Caiobá, dotada de cerca de 20 mil habitantes, houve a implementação de um projeto denominado Pet Mania, baseado na coleta de materiais recicláveis e circulação de uma moeda local, a Ideal, que se iniciou em 2012 e se consolidou em 2015, por meio das ações do Instituto de Desenvolvimento Evangélico (IDE) (OLIVEIRA, E. et al, 2018).

Tendo sido idealizada utilizando como referência o célebre projeto do Banco de Palmas, a Ideal se deparou com a dificuldade na captação de recursos, tendo sido utilizado como subterfúgio a coleta e venda de materiais recicláveis, que eram comercializados através da Ideal e, posteriormente, os valores em Ideal obtidos com a venda dos materiais poderia ser utilizado em estabelecimentos de comerciantes parceiros locais (OLIVEIRA, E. ET AL, 2018).

Basicamente a operação do projeto se dá da seguinte forma: primeiramente, a comunidade se mobiliza no sentido de coletar materiais recicláveis, em seguida esses materiais são levados à sede do IDE a fim de serem trocados por seu respectivo valor em Ideais, a moeda social desenvolvida pelo instituto. E, finalmente, os Ideais são utilizados pelas pessoas integrantes da comunidade na aquisição de produtos com comerciantes parceiros e no bazar solidário implementado pela instituição (OLIVEIRA, E. et al, 2018).

O fluxo mencionado pode ser melhor demonstrado por meio da figura 1.

Figura 1 – Método de operação do projeto Pet Mania



Fonte: Oliveira, E. *et al* (2018)

Como principais benefícios à comunidade através da adoção da moeda social Ideal, ainda à luz de Oliveira, E. *et al* (2018), destacam-se o crescimento do sentimento de solidariedade entre os membros da comunidade, fortalecendo os laços de confiança entre os populares; a redução da quantidade de lixo espalhado pelo bairro, o que ajudou inclusive na redução dos casos de dengue; conscientização sobre a importância da reciclagem; mobilização dos populares na coleta seletiva de materiais recicláveis, promovendo a geração de valor e aumento na renda das famílias e, conseqüentemente, melhorando a qualidade de vida destas; maior fidelidade dos clientes aos empreendimentos locais e, conseqüentemente, criação de riqueza e desenvolvimento locais.

Por sua vez, em uma tradicional comunidade pesqueira da Bahia, Vila de Matarandiba, com menos de 1.000 habitantes, localizada no município de Vera Cruz, região metropolitana de Salvador, cuja população sobrevive da pesca artesanal e do extrativismo, foi instituído o Sistema Concha, que conta com a utilização de uma moeda homônima, implementada pelo Banco Comunitário de Desenvolvimento Ilhamar (BCDI), um empreendimento solidário que surgiu a partir da mobilização dos moradores dessa vila junto à prefeitura local e à empresa de mineração Dow Brasil (RIGO *et al*, 2015).

Tendo iniciado sua circulação em 2008, a Concha passou a ser um regulador da dinâmica socioeconômica local, fornecendo microcrédito solidário com fim de financiar a produção, a oferta de serviços e o consumo na comunidade (RIGO *et al*, 2015). Tal capacidade de penetração na dinâmica local foi retratada em um periódico digital local, denominado *Tribuna da Bahia*, que na data de 02 de setembro de 2021, publicou uma matéria sobre o Sistema Concha, com o título “Matarandiba, na Ilha de Itaparica, dribla crise com uso de moeda própria” (ARAÚJO, 2021).

O periódico exaltava, além da capacidade de criatividade e inovação da população matarandibense e da beleza exuberante da ilha, sua economia própria, narrando todo o histórico da iniciativa, desde sua criação em 2008. O folheto traz, ainda, que o banco comunitário local opera por meio de linhas de crédito, que ofertam financiamentos aos empreendimentos regionais e disponibilizam empréstimos, tanto em Concha, quanto em Real, todavia, os comerciantes cadastrados para a aceitação da moeda social, a fim de fortalecerem o Sistema Concha, concedem 1% de desconto para pagamento na moeda do sistema (ARAÚJO, 2021).

Avançando nas concepções de Rigo *et al* (2015), a adoção do Sistema Concha dinamizou a economia da comunidade; ampliou a oferta por bens e serviços, assim como a demanda; aumentou o processo de retenção da riqueza na comunidade; reforçou os vínculos identitários ligados à territorialidade por meio do sentimento de pertencimento comunitário, contudo, em contrapartida, apresentou desafios ligados à confiança por parte dos próprios moradores locais, constatada pela baixa adesão inicial; problemas de pretéritos de convívio individual entre comunitários, que afetou o processo de coesão social; encurtamento do circuito de circulação da moeda por a comunidade dispor de poucas opções de atividades econômicas, o que compromete a lógica do próprio sistema.

Presente na tabela 2 encontra-se a compilação dos principais avanços gerados pelas moedas sociais Ideal e Concha em suas respectivas comunidades e os principais desafios apresentados em sua implementação.

Tabela 2 - Principais Avanços Gerados pelas Moedas Sociais “Ideal” e “Concha” em Suas Respectivas Comunidades e os Principais Desafios Apresentados em Sua Implementação

Moeda	Local	Avanços	Desafios
Ideal	Campo Grande – MS	Sentimento de solidariedade entre os comunitários; redução de lixo na comunidade; conscientização ambiental; redução dos casos de dengue; aumento na renda das famílias; melhora na qualidade de vida; fidelidade aos comércios locais; geração de riqueza e desenvolvimento locais.	Dificuldade na captação de recursos financeiros.
Concha	Vera Cruz - BA	Dinamização da economia da comunidade; aumento da oferta de bens e serviços locais, aumento da demanda por serviços e produtos; reforço dos vínculos identitários locais; maior retenção da riqueza na comunidade	Desconfiança dos moradores locais sobre a credibilidade do sistema; baixa adesão inicial; problemas na coesão social; encurtamento do circuito de circulação da moeda.

Fonte: adaptado pelos autores, de Rigo et al (2015) e Oliveira, E. et al (2018).

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho se classifica metodologicamente como uma pesquisa de abordagem qualitativa e de natureza básica, ou seja, no que se refere ao caráter qualitativo é subsidiado pela percepção de um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser expressado em números, ao passo que por sua natureza básica se objetiva a aprofundar conhecimentos a respeito do tema sem, necessariamente, haver o propósito pela aplicação prática dos conhecimentos gerados ou a busca por soluções para problemas específicos (SILVA E MENEZES, 2005).

Enquanto, em atenção aos objetivos, há, neste estudo, predominância geral de perfil exploratório, que se destina a proporcionar maior familiaridade com o problema, no intuito de torná-lo mais explícito ou elaborar hipóteses, buscando o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições (GIL, 2002).

Quanto aos procedimentos adotados neste trabalho, foi produzido um estudo de caso – que, de acordo com Gil (2002) e Severino (2014), visa a se debruçar sobre apenas um caso particular representativo, ou ainda sobre alguns poucos, de um apanhado de outros casos análogos a ele - baseado em 2 experiências com moedas sociais ocorridas em território brasileiro, tendo sido os dados obtidos por meio da execução de pesquisa bibliográfica e documental.

A pesquisa bibliográfica, que segundo Severino (2014) trata-se da espécie que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses..., buscou, prioritariamente, a utilização de artigos científicos recentes – predomínio de trabalhos publicados há até 5 anos - tendo a maior parte das obras empregadas sido obtida através de busca no Portal de Periódicos CAPES/MEC, contudo, também foram utilizados os repositórios do Scientific Electronic Library Online (Scielo), além do Google Scholar.

Por sua vez, a pesquisa documental, aquela que se pauta em variados tipos de documentos sem tratamento analítico, valeu-se de documentos institucionais obtidos por meio de acesso direto aos portais das próprias instituições abordadas (SEVERINO, 2014).

Os termos mais utilizados nas ferramentas de buscas dos repositórios dos portais científicos, para fins da construção deste estudo, foram “Moedas Sociais”; “Desenvolvimento Regional”; “Desenvolvimento Local” e “Economia Solidária”, sendo a opção “termos presentes no título do artigo” o mais frequente filtro de refinamento de busca utilizado.

A fundamentação teórica se pautou, dentre outros pesquisadores, principalmente, nos conhecimentos da professora doutora Ariadne Scalfoni Rigo – docente na Escola de Administração e no Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia e pesquisadora de temas ligados à políticas públicas em economia e finanças solidárias – e da doutora Marusa Vasconcelos Freire – ex-coordenadora-

geral do Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil –.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conceber as moedas sociais sem compreender o contexto da construção das desigualdades sociais e seu papel central na condição díspar do desenvolvimento regional no Brasil é tecer um olhar não somente simplório, mas completamente inócuo, sobre a temática.

Dessa forma, o desenvolvimento regional deve, necessariamente, ser focado nos objetivos das comunidades, em busca da melhoria geral das condições de vida da sociedade local, sendo as moedas locais uma ferramenta a auxiliar na reversão da lógica segregativa do capital tradicional.

A circulação de moedas sociais em determinadas comunidades, principalmente as periféricas, é capaz de oportunizar diversos benefícios aos populares, não só os usuais, de ordem econômica, mas também ligados às áreas ambiental e social. Todavia, o encurtamento do circuito de circulação da moeda, originado pela dificuldade na captação de recursos financeiros, assim como uma baixa adesão da população local ao sistema financeiro alternativo por desconfianças sobre sua credibilidade podem surgir como sólidos desafios a serem transpostos.

Recomenda-se, ainda, em complemento a este trabalho, novos estudos de acompanhamento de experiências com outras moedas sociais, em diferentes comunidades, prioritariamente periféricas, nas demais macrorregiões do país – Norte, Sudeste e Sul – a fim de que seja possível estabelecer panoramas regionalizados sobre a implantação dessas moedas locais.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, G. Matarandiba, na Ilha de Itaparica, dribla crise com uso de moeda própria. Periódico **Tribuna da Bahia**: Salvador, 2021. Disponível em: <https://www.trbn.com.br/materia/143665/matarandiba-na-ilha-de-itaparica-dribla-crise-com-uso-de-moeda-propria>. Acesso em: 22 mar. 2023.
- BACEN – BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resumo dos principais pontos das palestras apresentadas**. VII Seminário Banco Central sobre Microfinanças, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/microFinancas/arquivos/evento/resumo_23.pdf. Acesso em: 22 mar. 2023.
- BRITO, E. C.; OLIVEIRA, C. M. Bancos comunitários de desenvolvimento e moedas sociais: a experiência pioneira do banco de Palmas. **Revista Orbis Latina**, v. 9, n. 2, p. 23-36, 2019. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/orbis/article/view/1582/1613>. Acesso em: 22 mar. 2023.
- CAMPELLO, T. et al. Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás. **Saúde Debate**, v. 42, n. 3, p. 54-66, 2018. Doi: 10.1590/0103-11042018S305
- CHLEBNA, C. MARTIN, H., MATTES, J. Grasping transformative regional development – Exploring intersections between industrial paths and sustainability transitions. **Environment and Planning A**, v. 55, n. 1, p. 222-234, 2023. Doi: 10.1177/0308518X221137346
- DENG, X. WANG, Y. SONG, M. Development Geography for exploring solutions to promote regional development. **Geography and Sustainability**, v. 4, n. 1, p. 49-57, 2023. Doi: 10.1016/j.geosus.2022.12.003
- FILHO, G. C. F., RIGO, A. S. Moedas Sociais: contextos, conceitos, potencialidades e desafios. **Espiral**, v. 5, p. 38-51, 2021. Disponível em: http://www.iecomplex.com.br/wp-content/uploads/2022/04/revistaEspiral_v5.pdf. Acesso em: 21 mar. 2023.
- FREIRE, M. V. Moedas sociais: o que são, como funcionam e porque podem ser consideradas instrumentos de desenvolvimento local. **Apresentação de Trabalho no 7º Seminário Banco Central sobre Microfinanças**. Belo Horizonte, 2008. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/microFinancas/arquivos/horario_arquivos/apres_116.pdf. Acesso em: 28 mai. 2022.
- Gil, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- MATURANA, A. V. K.; KOHLER, R; ZUGE, L. G. C. Moeda social como instrumento de desenvolvimento local: um levantamento das práticas realizadas no território nacional. In Anais: **I Simpósio Latino-americano de Estudos de Desenvolvimento Regional**. Ijuí: Unijui, 2018. Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/slaedr/article/view/10536/9215>. Acesso em: 28 mai. 2022.
- MELO, F. A. M.; MAZZA, W. P.; ARAÚJO, R. S. Constituição econômica e desenvolvimento: a atuação do município na economia local por meio das moedas sociais. **Revista Jurídica da Ufersa**. v. 4, n. 7, p. 154-172, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufersa.edu.br/rejur/article/view/9129/10265>. Acesso em: 22 mar. 2023.

OLIVEIRA, B. O.; LIMA, J. E. S. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. **FAE**, v. 6, n. 2, p. 29-37, 2003. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/462/357>. Acesso em: 22 mar. 2023.

OLIVEIRA, E. G. et al. Moedas sociais e suas contribuições em comunidades economicamente precarizadas: um estudo exploratório da experiência do Projeto Pet Mania em Campos Grande – MS. **Desenvolvimento em Questão**, v. 16, n. 43, p. 453-486. Doi: 10.21527/2237-6453.2018.43.453-486

RIGO, A. S. **Moedas sociais e bancos comunitários no Brasil: aplicações e implicações, teóricas e práticas**. 2014. 344f. Tese (Doutorado em Administração) Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/23908/1/ARI%c3%81DNE%20SCALFONI.pdf>. Acesso em: 22 mar 2023.

RIGO, A. S.; FILHO, G. C. F.; LEAL, L. P. Moedas sociais nos bancos comunitários de desenvolvimento: a experiência das Conchas em Matarandiba/BA. **RIGS**, v. 4, n. 2, p. 15-31, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/21918/1/Moedas%20Sociais%20nos%20Bancos%20Comunit%3%a1rios%20de%20Desenvolvimento%20-%20a%20Experi%3%aancia%20das%20Conchas%20em%20Matarandiba-BA.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2023.

RIZAL, R. et al. Opportunities and Challenges of Conversion of Sharia Regional Development Banks in Economic Development Efforts and Income Distribution. **Journal of Distribution Science**, v. 21, n. 2, p. 65-76, 2023. Doi: 10.15722/jds.21.02.202302.65

ROUSSEAU, J. J. **A origem da desigualdade entre os homens**. Tradução de Eduardo Brandão. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SCHAPPO, S. Fome e insegurança alimentar em tempos de pandemia da Covid-19. **SER Social**, v. 23, n. 48, p. 28-52, 2021. Doi: 10.26512/sersocial.v23i48.32423

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 1ª. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4ª ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

THEIS, I. V. O que é desenvolvimento regional? Uma aproximação a partir da realidade brasileira. **Redes**, v. 24, n. 3, p. 334-360, 2019. Doi: doi.org/10.17058/redes.v24i3.13670

WANG, W. et al. Internal and external analysis of community banks' performance. **International Review of Financial Analysis**, v. 84, 2022. Doi: 10.1016/j.irfa.2022.102409

Received on 01, 2024.

Accepted on 06, 2024.